



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**CARLA FLORÊNCIO DA SILVA**

**O EMPODERAMENTO FEMININO NA PERSPECTIVA DAS ALUNAS  
INGRESSANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**O EMPODERAMENTO FEMININO NA PERSPECTIVA DAS ALUNAS  
INGRESSANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Pedagogia presencial do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências parciais para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Jeane Félix da Silva.

**JOÃO PESSOA/ PB  
2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586e Silva, Carla Florencio da.

O Empoderamento Feminino na Perspectiva das Alunas  
Ingressantes do Curso de Pedagogia da UFPB / Carla  
Florencio da Silva. - João Pessoa, 2018.  
39 f. : il.

Orientação: Jeane Félix da Silva.  
TCC (Especialização) - UFPB/CE.

1. Empoderamento Feminino, Gênero, Pedagogia. I. da  
Silva, Jeane Félix. II. Título.

UFPB/BC

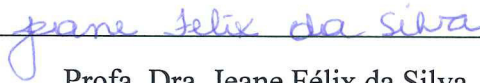
**CARLA FLORÊNCIO DA SILVA**

**O EMPODERAMENTO FEMININO NA PERSPECTIVA DAS ALUNAS  
INGRESSANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 30/10/2018

**COMISSÃO EXAMINADORA**



Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

(Orientadora)



Profa. Dra. Gislaine da Nóbrega Chaves

(Examinadora - UFPB)



Profa. Ms. Stella Marcia de Moraes Santiago

(Examinadora - UFCG)

## **DEDICATÓRIA**

É com muita satisfação e alegria em meu coração, que dedico esse trabalho a minha orientadora, Jeane Félix. Quando tive a oportunidade de conhecê-la falei que a vi como uma luz e, hoje, posso dizer que esta luz me guiou até aqui. Como não ser grata a esse ser iluminado por Deus, que sabe amar o próximo sem esperar nada em troca? Você me inspirou como pessoa e como profissional dedicada que é, me mostrou o amor e a dedicação que tem com a profissão. Me deu forças para continuar e não desistir, confiou em mim, quando nem eu mesma confiava, por isso, serei eternamente grata à você, por tudo que você fez por mim. Obrigada, minha professora, orientadora, que levarei como exemplo em meu coração por toda a minha vida, que Deus te ilumine sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por toda força, ânimo e coragem que me ofereceu para que eu pudesse alcançar a minha meta. Agradeço a minha família e amigos, que me incentivaram e me inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades. E por fim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a acreditar em mim.

## **LISTA DE SIGLAS**

CNDD- Congresso Nacional dos Direitos da Mulher

DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais

EAD- Educação à Distância

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU- Organização das Nações Unidas

PPC- Projeto Político de Curso

PMDB- Movimento Democrático Brasileiro

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo conhecer e refletir sobre o empoderamento feminino na perspectiva das alunas ingressantes do Curso de Pedagogia, *campus I*, da Universidade Federal da Paraíba, no período letivo 2017.2. Busca-se, assim, conhecer e analisar o quê e como essas estudantes pensam sobre o empoderamento feminino, analisando suas perspectivas com relação ao Curso. O trabalho apresenta um breve levantamento acerca da compreensão das alunas ingressantes do curso de Pedagogia da UFPB sobre o empoderamento feminino. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cuja coleta de dados se desenvolveu a partir da aplicação de um questionário com as referidas alunas. Os resultados da pesquisa apontam que as alunas reconhecem a importância de se estudar o tema nos espaços educacionais e relatam ser de extrema importância que o curso de Pedagogia desenvolva estratégias para promover o empoderamento de suas alunas.

**Palavras-chave:** Empoderamento Feminino; Mulheres; Gênero; Pedagogia.



## **ABSTRACT**

This Course Completion Work (TCC) aims to reflect on female empowerment from the perspective of female students in the course of Pedagogy, campus 1, of the Federal University of Paraíba, in the 2017.2 school year. I also seek to know and analyze what and how these students think about female empowerment, analyzing their perspectives regarding the Course. The paper presents a brief survey of how the students of the Pedagogy course of the UFPB understand the female empowerment. This is a qualitative research, whose data collection was developed from the application of a questionnaire with the students. The results of the research indicate that the students recognize the importance of studying the theme in educational spaces and report that it is extremely important that the Pedagogy course develops strategies to promote the empowerment of its students.

**Keywords:** Female empowerment, Female, Gender, Pedagogy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. MULHERES E EMPODERAMENTO FEMININO.....</b>	<b>15</b>
1.1. GÊNERO.....	18
1.2. O Empoderamento de Mulheres.....	20
1.3. Mulheres no Mercado de Trabalho.....	21
1.4. A Pedagogia como campo de atuação de Mulheres.....	22
<b>2. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
2.1. PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	24
<b>3. EMPODERAMENTO FEMININO NA PERCEPÇÃO DAS ALUNAS DE PEDAGOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) aborda o empoderamento feminino na perspectiva das alunas ingressantes do Curso de Pedagogia, *campus I*, da Universidade Federal da Paraíba, no período letivo 2017.2. Este trabalho busca conhecer e analisar o quê e como essas estudantes pensam sobre empoderamento feminino e analisar suas perspectivas em relação ao Curso como promotor ou não de processos de empoderamento de suas alunas.

A posição da mulher na sociedade é algo que sempre me chamou atenção especialmente, por eu ter sido criada em um ambiente machista no qual as tarefas domésticas ficavam para mim, enquanto o meu irmão brincava. Sempre achei injusto e questionava à minha mãe sobre o porquê do meu irmão não dividir as tarefas comigo e sua resposta era sempre a mesma: *porque isso é coisa de menina!* Cresci me perguntando sobre o porquê eu era praticamente obrigada a brincar de boneca enquanto, na verdade, o que eu queria era brincar de carrinho e de bola. Segundo meu pai e minha mãe, só os meninos podiam brincar com carrinho e bola, o que me deixava extremamente irritada, pois, em minha opinião, as melhores brincadeiras da minha infância só eram permitidas aos meninos. Muitas vezes, por teimar e ser pega brincando de bola, era chamada de “machão”, “sapatão” e outros termos pejorativos, carregados de estereótipos.

Quando mulheres e homens se comportam por meio de padrões distintos daqueles que lhes são atribuídos socialmente, podem sofrer discriminação e preconceito. Isso ocorre porque, em nossa cultura, de homens e mulheres são esperados comportamentos distintos, fortalecidos por estereótipos de gênero. Gênero é o conceito utilizado no campo dos Estudos Feministas para denunciar a base machista que constrói nossa sociedade, na qual tudo que se diz masculino é atribuído de forma dominante, superior, enquanto o feminino é entendido como dominado, inferior, frágil.

É neste sentido que gênero seria a construção social que problematiza as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres. O conceito de gênero nega a “razão” biológica e aponta os aspectos culturais como produtores das diferenças entre os sexos (SCOTT, 1990). Portanto, os espaços que circulamos na sociedade e as relações nas quais estamos inseridas e inseridos vão se constituindo a partir do gênero

como produto desta construção social. No entanto, em uma cultura como a nossa, são associados diversos estereótipos acerca do comportamento de homens e mulheres.

Etimologicamente, o termo estereótipo deriva de duas palavras gregas *stereo* (rígido) e *tipo* (traço), e refere-se a “tornar fixo, inalterável” (FERREIRA, 1999). Aplicado à Psicologia, este termo designa um sistema de crenças compartilhadas acerca de atributos, geralmente traços de personalidade ou comportamentos costumeiros, atribuídos a determinados grupos (RODRIGUES, ASSMAR & JABLONSKI, 1999). É uma construção cognitiva ou sócio-cognitiva a respeito de características compartilhadas por determinados grupos. Nesse sentido, em relação a gênero os estereótipos podem:

[...] gerar uma relação de opressão onde, a partir do olhar da maioria, o outro (minoridade) se apresenta com uma conotação negativa, e a ‘maioria’, uma positiva. As pessoas não podem ser como querem; têm que ser como a maioria [...] ou serão consideradas desviantes, inadequadas ou marginais. Nessa relação de opressão, os estereótipos surgem e se cristalizam (ROSO e cols., 2002, p. 78).

Os estereótipos de gênero são bastante comuns e têm sido responsáveis por esperar de mulheres e homens comportamentos diferenciados. Aspectos socioculturais que definem papéis desiguais para homens e mulheres têm sido responsáveis, por exemplo, por situações de violência contra mulheres (GOMES e cols., 2007), que são historicamente naturalizadas em nossa sociedade, apesar de alguns avanços como a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Nessa perspectiva, homens e mulheres têm tido suas diferenças transformadas em assimetria e desigualdades:

Esta assimetria justifica desigualdades e exclusões e gera polos de opressores e oprimidos, que se manifestam com maior visibilidade nas relações de gênero no espaço privado através do fenômeno universal da violência, que atinge de forma particular mulheres de diferentes partes do mundo e perpassa etnias, raças e classes sociais (FISCHER e MARQUES, 2001).

É dessa forma que percebemos, em pleno século XXI, mulheres ganhando menos que homens, e com menores chances de ocupar cargos de lideranças, além de serem excluídas, muitas vezes, do mercado de trabalho por conta de inúmeros fatores, tais como a maternidade, cuidado com os/as filhos/as, sem contar quando fazem tripla jornada de trabalho. Em geral, as mulheres também são sempre responsáveis por cuidar de seus familiares (sejam crianças, idosos/as em adoecimento), mesmo quando existem

outros parentes com quem poderiam compartilhar os cuidados e isso ocorre porque, no senso comum, “isso é coisa de mulher”. É nesse sentido que percebo que em outros tempos, não era permitido às mulheres atitudes tão comuns nos dias de hoje, tais como estudar, trabalhar fora do lar, votar, etc.

Ressalto que todas as conquistas das mulheres são resultados de lutas de outras mulheres que nos antecederam. Se hoje podemos escolher se, quando e com quem queremos nos relacionar afetivamente, se ocupamos posições profissionais distintas, algumas inclusive associadas ao universo masculino, devemos ser gratas às mulheres corajosas que lutaram por igualdade de direitos entre mulheres e homens. Hoje, com frequência, é possível encontrarmos mulheres como motoristas, pedreiras, seguranças, frentistas, mecânicas, eletricistas, policiais, bombeiras, médicas, políticas, muitas delas com destaque nas suas devidas profissões.

Assim, ao reconhecer a importância de que nós, mulheres, ocupemos os lugares que quisermos no mundo fez com que me interessasse por estudar o empoderamento das mulheres que ingressam no curso de Pedagogia. Meu interesse é compreender como essas (na maioria) jovens mulheres percebem e vivenciam situações de empoderamento. Assim, quando tive que escolher o tema para pesquisa que origina este TCC, não encontrei oportunidade melhor para falar de algo que sempre me inquietou, me inquieta e me move, como pedagoga em formação e como mulher com desejo de experimentar (mais e mais) processos de empoderamento pessoal e profissional.

O empoderamento feminino é uma expressão que vem se destacando na sociedade e na mídia nos últimos anos. A expressão empoderamento origina-se da palavra inglesa *empowerment* que, de acordo com Laverack e Labonte (apud BECKER, et al., 2004, p. 657), pode ser definido como: [...] “o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como as mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder, por exemplo, nas relações com quem detém recursos, legitimidade, autoridade e/ou influência”.

Complementando essa ideia, Vasconcelos (apud BECKER, et al., 2004, p. 657), aponta que o *empowerment* “significa o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, especialmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social”. Assim, este termo é percebido como um conceito complexo, apresentando

diversas maneiras de interpretação. Por sua vez, o empoderamento feminino refere-se ao exercício do poder pelas mulheres, a ocupação dos diversos espaços por mulheres, sua luta por igualdade de gênero.

Nessa perspectiva, considero que falar de empoderamento feminino no curso de Pedagogia é extremamente importante, uma vez que o curso é caracterizado e visto como um curso feminino, em que a maioria de estudantes é composta por mulheres. O curso de Pedagogia tem sido considerado um curso essencialmente feminino, porque esse é o seu público predominante.

Nesse sentido, penso que é fundamental compreender se/como o curso de Pedagogia tem contribuído para o empoderamento de suas alunas, em que medida as mulheres formadas pelo curso conseguem se perceber empoderadas e exercer esse empoderamento nos diversos espaços sociais em que ocupam. Acredito que nosso curso pode ser um forte impulsionador do empoderamento de suas alunas, porque ele se pauta, segundo o Projeto Pedagógico do curso (PPC, 2006), na proposta de educação libertadora, que tem como base a conscientização, a libertação e a transformação dos sujeitos e de sua realidade, como afirma Freire (2005, p. 78):

[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores [...] mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, [...] a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos [...]. Além de libertadora, transformadora e dialógica, essas práticas educativas devem dar poder às mulheres de forma a permitir, tanto às práticas como às relações interpessoais, a utilização de estratégias de “superação” do estado de submissão e de ausência do exercício do poder entre elas.

Seguindo as pistas de Freire, penso que o curso de Pedagogia deve contribuir com a superação dos diversos tipos de desigualdades, entre elas, as desigualdades nas relações de gênero. No tocante às relações de poder, Louro (1997, p. 119) indica que “[...] as relações sociais são sempre relações de poder e que o poder se exerce mais na forma de rede do que em um movimento indirecional, então não será possível compreender as práticas como isentas desses processos”. Pude perceber, ao longo do curso, uma necessidade de nós mulheres nos posicionarmos mais, nos empoderarmos e nos valorizarmos como futuras profissionais da educação.

Percebia, entre minhas colegas de curso, sempre que éramos indagadas, por exemplo, se seguiríamos carreira acadêmica, seja mestrado ou doutorado, ou quais os espaços de trabalho gostariam de ocupar, que as respostas eram sempre tímidas, carregadas de medo de falar que sim, que gostaríamos porque somos capazes de alcançar tais objetivos. Contudo, quando as mesmas perguntas eram feitas aos colegas homens, sempre em menor número em relação às mulheres em todas as turmas pelas quais passei, respondiam com veemência que estariam ali no curso de Pedagogia justamente porque queriam fazer mestrado e doutorado na área ou que queriam ser gestores, por exemplo. Aí percebemos a diferença de posicionamentos entre homens e mulheres, por isso foi sendo ampliado o meu desejo por estudar o tema.

Desse modo, o presente trabalho tem como **objetivo geral** refletir e analisar o empoderamento feminino na perspectiva das alunas ingressantes do curso de Pedagogia da UFPB, *Campus I*, buscando compreender o que pensam sobre o empoderamento feminino e quais as relações feitas por elas entre empoderamento e sua inserção no mercado de trabalho. Por sua vez, os **objetivos específicos** são: refletir acerca de como as alunas ingressantes do Curso de Pedagogia da UFPB, período 2017.2, enxergam o empoderamento feminino na perspectiva da inserção no mercado de trabalho, e provocar nessas alunas questionamentos e curiosidades a respeito do tema.

Portanto, para a elaboração deste TCC, foram realizadas diversas leituras sobre os temas em questão, especialmente gênero e empoderamento de mulheres, os quais me possibilitaram adquirir conhecimentos teóricos necessários para a construção deste trabalho. Em termos metodológicos, optei pela pesquisa do tipo qualitativa, cuja coleta de dados se deu a partir da aplicação de um questionário, contendo 20 (vinte) perguntas, junto às discentes do 1º e 2º períodos do Curso de Pedagogia, no período letivo 2017.2. Para isso, realizei a pesquisa com as alunas pessoalmente, entregando os questionários nas turmas e recolhendo, em seguida, após os questionários serem respondidos.

Para fins didáticos, este trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresento o referencial teórico que sustenta a pesquisa; no capítulo dois, apresento os caminhos metodológicos; no capítulo três, apresento o empoderamento feminino na percepção das estudantes de Pedagogia; e, por fim, apresento as considerações finais.

## 1. MULHERES E EMPODERAMENTO FEMININO

O movimento feminista surge primeiramente na Inglaterra com a chamada Primeira Onda do Feminismo, que aconteceu nas últimas décadas do século XIX, quando as mulheres organizaram-se para lutar por seus direitos, o que resultou na primeira conquista: o direito ao voto. Desde então, as chamadas *sufragetes* (termo utilizado para se referir às mulheres do movimento de luta pelo direito ao voto feminino), promoveram grandes manifestações em Londres, ocasionando na prisão de várias mulheres que aderiram o movimento. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou em virtude da conquista ao direito pelo voto feminino (PINTO, 2004).

As *sufragetes* brasileiras tiveram em sua liderança Bertha Lutz, bióloga e cientista de importância que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, dando início a luta pelo voto por aqui. Foi também uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres brasileiras.

O direito ao voto feminino foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2004). Para Celi Pinto (2004), o movimento sufragista expressou-se como bem comportado, e ainda com caráter conservador, tratando de assuntos superficiais e tendo por objetivo, nesse momento, as boas relações sociais sem questionar os direitos igualitários de gênero. As mulheres começam a falar a partir de sua própria condição de mulher, condição esta que é constituída a partir do reconhecimento da opressão, do reconhecimento da história pessoal e coletiva de interesses e lutas próprias. (PINTO, 2004, p.15).

De acordo com Silva e Miranda (2002), o movimento feminista surge com a intenção de romper com a ordem patriarcal, denunciando a desigualdade entre homens e mulheres e buscando direitos igualitários e mais humanos para as mulheres. Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressalta a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no



qual se desenvolveu é uma das formas de pensar a contribuição desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver.

A propósito causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira (SILVA e MIRANDA, 2002). A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou em 1975 o *Ano Internacional das Mulheres*, o que contribuiu para o fortalecimento dos movimentos feministas. Em comemoração à data, foram organizados dois eventos: um por grupos informais e privados de mulheres com o apoio da ONU e, outro, pelo Movimento Feminino pela Anistia, com a participação de mulheres que vivenciaram o exílio, inovando a forma de pensar das brasileiras.

Esse reconhecimento oficial pela ONU, da questão da mulher como problema social, favoreceu a criação de novos grupos de mulheres por todo o país, alguns apenas para estudos e reflexões, já outros se voltaram para a própria ação feita a partir dos estudos realizados em busca de seu direito de autonomia dentro da sociedade, conflitando com a política vigente.

O feminismo brasileiro, se constituiu, desde o começo por sua pluralidade, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento inter-classes. Assim, o feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas, e conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade (OLIVEIRA e CASSAB, 2014). Para Celi Pinto (2004):

Por volta dos anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil torna-se uma força política e social consolidada. No decorrer dessa década, partidos eleitorais começaram a incorporar os interesses feministas em seus programas de campanha, criando departamentos femininos dentro das estruturas partidárias, o que possibilitou o engajamento das mulheres nos partidos. Exemplos de tal contexto foram: a implantação do Conselho Estadual de Condição Feminina pelo PMDB, marcando o terceiro momento do movimento feminista brasileiro e, em 1985, a instituição do Congresso Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) transforma-se em um organismo estatal. No plano governamental, criaram-se conselhos da condição femininas nas três esferas da gestão: federal, estadual e municipal. Percebe-se, assim, que após o Regime Militar, o feminismo foi se adentrando na esfera política e conquistando aos poucos seu espaço em órgãos públicos importantes. Através da chamada *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte*, as demandas das mulheres foram sendo incorporadas no Congresso Nacional, para suas respectivas reivindicações

de direitos mais igualitários, neste período se reconheceu o movimento feminista como o movimento da sociedade civil que mais conquistou vitórias.

Uma das principais bandeiras dos movimentos de mulheres foi o enfrentamento das violências sofridas por mulheres. Entre as principais conquistas no Brasil, podemos citar que a questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias: as chamadas *Delegacias da Mulher*. Todavia, foi a partir da IV Conferência Mundial da Mulher que os projetos feministas imbuíram-se no caráter direcionado para os direitos humanos, principalmente no quesito violência contra a mulher, com ações de passeatas, eventos e manifestações, propondo inclusive alteração no Código Penal.

Ao longo do tempo, outras conquistas foram ocorrendo, como a instituição da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada à Justiça em 2002, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, tendo como função a articulação de políticas públicas para mulheres que atendam aos interesses e/ou necessidades das mulheres brasileiras<sup>1</sup>. O movimento feminista, segundo Marlise Matos, representa:

[...] tanto o esforço quanto o “acerto de contas” de milhares e milhares de mulheres que, na opressão, invisibilidade e silêncio (outras nem tanto), vêm buscando fundar, construir e solidificar as condições de possibilidade de um jogo político e científico que não se faça de modo reducionista, enviesado, infértil, descomprometido e limitado (MATOS, 2008, p.333-357).

Dessa forma, percebo que o movimento feminista se fortaleceu cada vez mais, abrindo novos caminhos, novos pensamentos e novas perspectivas do que é ser mulher, uma vez, que o movimento possibilitou inúmeras conquistas, embora saibamos que ainda há muito o que se lutar para garantir direitos igualitários. Infelizmente, nos últimos anos, no Brasil, temos visto um enorme retrocesso em relação às políticas voltadas às mulheres e um forte exemplo disso foi a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2016<sup>2</sup>, o que nos coloca diante da necessidade de continuar lutando

<sup>1</sup> Informação disponível em: [http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10\\_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf). Acesso em 15/10/2018.

<sup>2</sup> Informação disponível em: <http://www.seppir.gov.br/medida-provisoria-estabelece-nova-organizacao-dos-ministerios-2>. Acesso em 18/10/2018.

por direitos iguais para mulheres e homens.

A luta por igualdade de direitos entre mulheres e homens e por uma sociedade mais justa para ambos são questões problematizadas no campo dos estudos de gênero e é sobre esse tema/conceito que passo a falar a seguir.

## **1.1 Gênero**

Como já disse, gênero é uma construção social que problematiza as desigualdades entre mulheres e homens, feminilidades e masculinidades. Alguns textos retratam que a etimologia da palavra gênero foi, durante algum tempo, compreendida como algo apenas biológico, contudo, trata-se de um termo que pode ser compreendido a partir de diferentes significados dependendo do contexto ao qual está inserido (SCOTT, 1994, p. 13).

Gênero é a forma de organizar a sociedade a partir da diferenciação de papéis, de atributos, de valores, deveres e obrigações entre os sexos. Já para Demo (2002), ele pontua que apenas existiam diferenças biológicas e físicas, mas que o fator reprodutor será determinante no que diz respeito à visão do homem sobre a mulher. Ou seja, o desenvolvimento da sociedade é que determinaria a incorporação de novos valores e transformaria essas diferenças em desigualdade.

Inicialmente, tratava-se apenas de uma característica biológica distinta, porém a sociedade passa a interpretar de outra forma, de modo que a mulher seria vista como um ser frágil, sensível e submisso aos homens e a sociedade em geral, através de uma visão patriarcalista, legitimada por diversos setores da sociedade, em que as definições de masculino e feminino ressaltam o caráter social e histórico de percepções baseadas em papéis designados aos homens e as mulheres.

Contudo, é importante que se perceba que é através de suas relações sociais, suas representações e as práticas que se vivencia, que os sujeitos vão se constituindo como sujeitos de gênero, masculinos e/ou femininos. Vale destacar que não é de hoje que há divisão das tarefas, sobretudo as domésticas sendo atribuídas às mulheres e aquelas que demandam de mais força aos homens.

Ao longo dos anos, essa diferenciação de papéis foi se tornando cada vez mais evidente, na medida em que a sociedade incorpora essa ideia de que os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos são funções femininas enquanto o papel de

provedor do lar e responsável pelo sustento da família, através da realização de atividades econômicas, é designado à figura do homem.

Nas sociedades primitivas, as mulheres eram encarregadas das atividades que podiam ser desenvolvidas mais perto de casa e dos filhos, como cozinhar, confeccionar o vestuário, transportar a água, colher os frutos e moer os cereais dentre outras. Já os homens estavam voltados para as tarefas que tinham em comum o fato de serem desenvolvidas longe do ambiente doméstico, bem como também exerciam atividades que exigiam maior força física, como, por exemplo, cortar lenha, caçar, pescar, construir as casas. O ponto que cabe ressaltar é que as atividades desempenhadas pelos homens eram sempre consideradas como as de maior prestígio, não importando quais fossem ( OLIVEIRA, 2004, p. 32).

Desta forma, percebe-se que a divisão das atividades por sexo não é algo novo, mas que vem se constituindo, se reproduzindo e se reiterando ao longo dos tempos. É por isso que, para minha mãe e meu pai, cabia a mim, como mulher, colaborar com os afazeres domésticos, deixando meu irmão fora dessas atribuições.

Segundo Louro (1997, p.21), é através das feministas anglo-saxãs que gender passa a ser usado como distinto de sex. Visando "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual", elas desejam acentuar, através da linguagem, "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo", e cita, (Scott, 1995, p. 72). O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política.

Ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social", não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Ainda, de acordo com Louro, (1997, p.4), é possível pensar as identidades de gênero de modo semelhante: elas também estão continuamente se construindo e se transformando.

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe.

## 1.2 O empoderamento de mulheres

O empoderamento de mulheres consiste no posicionamento das mulheres em cargos de poder e funções de liderança nos campos sociais, políticos e econômicos, visando assegurar que elas se beneficiem dos mesmos direitos que os homens, ocupando espaços de poder, e salários iguais quando exercidas as mesmas funções e, sobretudo, que sejam reconhecidas, social, política e culturalmente nesses espaços. Neste caso o poder econômico e a independência financeira possibilitam as mulheres à inclusão no mercado de trabalho, dando-lhes, autonomia para fazer suas escolhas profissionais o que antes não era possível por dependerem dos maridos, pais ou irmãos, etc.

O empoderamento das mulheres se entrecruza com vários marcadores sociais, tais como gênero, raça, classe social, geração e perpassa, entre outras coisas, pela participação social das mulheres. “O empoderamento das mulheres implica o desaparecimento dos mecanismos de poder patriarcais fundados na opressão das mulheres e necessita mudar normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e construir direitos das mulheres hoje inexistentes” (LAGARDE, 1996, p. 112).

Acredito que o empoderamento é um processo e que se dá a partir práticas coletivas e solidárias, de experiências grupais, considerando que os processos de empoderamento são frutos de uma trajetória em que interagem, vivenciam, trocam, divergem vários sujeitos (LAGARDE, 1996). Lisboa (2003, p. 23) afirma que:

a categoria empoderamento surge exercendo forte influência no meio acadêmico, a partir da década de 1990, para analisar o processo pelo qual pessoas, organizações sociais ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, tanto social como ecológico, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações-problema e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como socioestruturais.

Podemos conceber empoderamento também como: “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (FRIDEMANN, 1996, p. VIII). O empoderamento das mulheres “implica o desaparecimento dos mecanismos de poder patriarcais fundados na opressão das mulheres e necessita mudar normas, crenças,

mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e construir direitos das mulheres hoje inexistentes” (LAGARDE, 1996, p. 112). O empoderamento das mulheres passa por reconhecê-las como sujeitos políticos e sociais, com voz, demandas específicas e capacidade para ocupar cargos eletivos e de gestão.

### 1.3 Mulheres no mercado de trabalho

Para muitas mulheres, o acesso ao trabalho e à renda significa a possibilidade de subsistência da família, de maior autonomia dos companheiros, do serviço público ou dos projetos caritativos, bem como uma alternativa para inserirem-se nos espaços públicos. Para as mulheres contemporâneas, “o trabalho é uma área central de suas vidas e de sua auto-realização. Obtêm estatuto social, reconhecimento e valorização não somente econômica senão social e simbólica. Isso lhes dá o poder de viver” (LAGARDE, 1996, p. 203).

No Brasil, a igualdade de direitos entre homens e mulheres foi legitimada com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, em seu artigo 5º, inciso I, dispõe que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1998). A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres, além de garantir direitos específicos para as mulheres, como a licença maternidade.

A garantia de direitos não exclui as mulheres de viverem condições de desigualdades. As diferenças salariais entre homens e mulheres exercendo a mesma ocupação ainda é uma realidade, além de as mulheres serem responsabilizadas pela tripla jornada de trabalho, conforme visualizamos nos dados da Estatísticas de Gênero, 2012-2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>3</sup>:

as mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. O site ainda aponta, que vários fatores

---

<sup>3</sup> Informação disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em 16/10/2018.

contribuem para as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Em 2016, as mulheres dedicavam, em média, 18 horas semanais a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, 73% a mais do que os homens (10,5 horas). Essa diferença chegava a 80% no Nordeste (19 contra 10,5). Isso explica, em parte, a proporção de mulheres ocupadas em trabalhos por tempo parcial, de até 30 horas semanais, ser o dobro da de homens (28,2% das mulheres ocupadas, contra 14,1% dos homens). Em função da carga de afazeres e cuidados, muitas mulheres se sentem compelidas a buscar ocupações que precisam de uma jornada de trabalho mais flexível”, explica a coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE, Barbara Cobo, complementando que “mesmo com trabalhos em tempo parcial, a mulher ainda trabalha mais. Combinando-se as horas de trabalhos remunerados com as de cuidados e afazeres, a mulher trabalha, em média, 54,4 horas semanais, contra 51,4 dos homens.

Esses dados apontam que ainda temos um longo caminho para viver uma sociedade justa no exercício de direitos para homens e mulheres. Que precisamos investir fortemente em educação sobre e para o gênero, inclusive em cursos de formação docente, como na Pedagogia. É sobre as mulheres na Pedagogia que passo a tratar a seguir.

#### **1.4. A PEDAGOGIA COMO UM CAMPO DE ATUAÇÃO DE MULHERES**

Como já foi citado neste trabalho, a mulher sempre ficou responsável pelo cuidar, seja do lar, do marido e dos/as filhos/as, uma vez que, socialmente, foi sendo atribuído a ela (a nós!) desempenhar tal papel. É nesse cenário que percebemos a trajetória das mulheres na educação. Atualmente, no Brasil, as mulheres representam o maior número entre as trabalhadoras da educação e quanto menor o nível de atuação, mais mulheres existem<sup>4</sup>. É nesse cenário, portanto, que vai se constituindo a inserção da mulher na educação, constituindo o fenômeno intitulado de “feminização do magistério”.

É nessa perspectiva que analiso o curso de Pedagogia, regulamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia - DCN (BRASIL, 2006). O Curso de Pedagogia tem como finalidade formar professores/as para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível superior, em substituição às escolas normais.

---

<sup>4</sup> Informações disponíveis em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n3/a09v57n3.pdf>. Acesso em: 18/10/2018.

Segundo os IDados, empresa especialista em dados de educação, “ao ser comparada com as demais carreiras de graduação, a Pedagogia se destaca pela prevalência quase total de estudantes mulheres, pela alta porcentagem de matrículas em cursos de educação a distância (EAD) e pela maior incidência de estudantes que vêm de famílias das classes mais pobres do país<sup>5</sup>”. Cabe destacar que o levantamento cruzou dados de três fontes: o Censo da Educação Superior e os questionários do Enade e da Prova Brasil, respondidos por quem está na faculdade e por quem já dá aulas.

Em 2015, segundo o Censo da Educação Superior, 8% de todas as matrículas em graduação estavam concentradas na carreira de Pedagogia, o que representa 652.537 de 8.027.297 estudantes. As mulheres respondiam por 606.678, ou 93% dessas matrículas. Já considerando todos os demais 7.374.760 estudantes, as mulheres ainda representam a maioria, embora em uma porcentagem bem mais baixa, de 54% do total. Os dados mostram ainda que, “no decorrer dos anos, as instituições privadas, considerando as instituições privadas com e sem fins lucrativos, aumentaram em 27% seu número de vagas em pedagogia, e sua concentração do total de vagas na carreira subiu de 74,8% para 80,6% entre 2009 e 2015”<sup>6</sup>.

É, nesse sentido, considerando a feminização do curso de Pedagogia, que penso ser relevante que o empoderamento feminino seja trabalhado nesse curso. Desse modo, passo a apresentar a metodologia da pesquisa e, em seguida, os dados coletados.

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste trabalho caracteriza-se por meio de uma pesquisa qualitativa, um método de investigação científica com foco no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando desta forma as suas particularidades, e experiências individuais, por exemplo. Como referem Ludke e André (1986), investigar é um esforço

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/dia-das-professoras-nove-em-cada-dez-estudantes-de-pedagogia-sao-mulheres-e-maioria-faz-curso-a-distancia.ghtml>. Acesso em 16/10/2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/dia-das-professoras-nove-em-cada-dez-estudantes-de-pedagogia-sao-mulheres-e-maioria-faz-curso-a-distancia.ghtml>. Acesso em 16/10/2018.



de elaborar conhecimento sobre aspectos da realidade na busca de soluções para os problemas expostos.

Como sinalizei na introdução, a coleta de dados se deu por meio da aplicação de um questionário com as alunas ingressantes no período 2017.2 no Curso de Pedagogia, presencial, *campus* I, da UFPB. Para Severino (2010, p. 125), o “questionário é um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre o assunto em estudo”. O questionário aplicado constava de 20 (vinte) perguntas, porém, para fins deste TCC, optei por considerar apenas as questões 12, 13, 14, 15, 17, 18 e 20, na medida em que elas foram as mais potentes para responder aos objetivos traçados nesta pesquisa. A pesquisa foi realizada no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, *Campus* I.

Para a aplicação dos questionários, fui pessoalmente nas salas do primeiro e do segundo período do curso de Pedagogia no turno noturno. As turmas eram compostas de, aproximadamente, 50 alunos e alunas, em ambas foi visível um número muito maior de mulheres, entre 17 e 50 anos. Nas duas salas, me identifiquei explicando que gostaria que as alunas me ajudassem respondendo ao questionário referente ao trabalho de conclusão do curso. Desse modo, todas se disponibilizaram a responder, totalizando cerca de 50 questionários entregues nas duas turmas, contudo foram devolvidos apenas 28 questionários respondidos.

## 2.1 Participantes da Pesquisa

Como expliquei no item anterior, foram aplicados 50 questionários, dos quais recebi apenas 28 respondidos. Contudo, para fins deste trabalho, escolhi dez questionários para analisar. A escolha dos dez questionários se deu pela representatividade das respostas, uma vez que elas foram bastante repetidas. Apresento a seguir um quadro que representa as características das dez alunas participantes desta pesquisa cujos questionários foram selecionados para as análises.

### QUADRO 1: PERFIL DAS PARTICIPANTES

Alunas	Idade	Raça/cor	Estado Civil	Trabalha	Filhos(as)
Aluna 1	19 anos	Parda	Solteira	Não	Não

Aluna 2	20 anos	Parda	Solteira	Sim	Não
Aluna 3	31 anos	Parda	Casada	Sim	Sim/1
Aluna 4	50 anos	Branca	Divorciada	Sim	Sim/4
Aluna 5	17 anos	Branca	Solteira	Não	Não
Aluna 6	30 anos	Parda	Solteira	Sim	Não
Aluna 7	42 anos	Negra	Casada	Não	Sim/2
Aluna 8	29 anos	Branca	Solteira	Não	Não
Aluna 9	25 anos	Parda	Solteira	Sim	Não
Aluna 10	45 anos	Branca	Divorciada	Sim	Sim/1

**Fonte:** dados da pesquisa

Como demonstrado no Quadro 1, as alunas possuem idades entre 17 e 50 anos, sendo que 5 se autodeclaram pardas, 4 se autodeclaram brancas e apenas 1 se autodeclara negra. Em relação ao estado civil: são 6 solteiras, 2 casadas e 2 divorciadas. No período de aplicação do questionário: 6 afirmaram trabalhar e 4 não trabalhar. Por fim, 4 das alunas participantes da pesquisa possuíam filhos/as e 6 não possuíam. Esses dados apontam para uma certa diversidade no perfil das mulheres participantes desta pesquisa. Suas respostas serão analisadas no próximo item.

### **3. EMPODERAMENTO FEMININO NA PERCEPÇÃO DAS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA.**

Como já disse, acredito que o curso de Pedagogia, por ser um campo de formação massivamente composto por mulheres, deve investir em processos formativos que envolvam questões de gênero e empoderamento. Passo, pois, a apresentar e analisar o que pensam as alunas dos dois primeiros períodos de nosso curso sobre este tema.

**Na questão 12**, as estudantes foram perguntadas se para elas existe igualdade de gênero no mercado de trabalho. Suas respostas foram as seguintes:

Aluna 1: *Sim, basta ter luta.*

Aluna 2: *Não, por ainda existir preconceito com base histórica.*

Aluna 3: *Acredito que pode até chegar esse momento, mas infelizmente nosso país ainda não cresceu socialmente a ponto de extinguir qualquer tipo de preconceito que nele há.*

Aluna 4: *É o que se espera, a longo prazo, talvez.*

Aluna 5: *Devido a cultura enraizada no país a igualdade de gênero pode ser alcançada se desmitificarmos questões preconceituosas.*

Aluna 6: *Sim.*

Aluna 7: *Acredito que no futuro sim.*

Aluna 8: *Sim, mas, a longo prazo*

Aluna 9: *Não, pois o preconceito é grande demais.*

Aluna 10: *Sim, com muito esforço e luta chegaremos lá.*

Podemos identificar, através das respostas, que as alunas acreditam que apesar das barreiras encontradas no mercado de trabalho, que sabemos que não são poucas, como o preconceito diferenciado entre homens e mulheres, muitas vezes manifestado com as empresas oferecendo menores salários para as mulheres mesmo quando elas ocupam funções similares aos dos homens. Algumas das participantes da pesquisa destacaram barreiras sociais e preconceitos que dificultam a igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Ter consciência das situações de desigualdades é importante para que as mulheres lutem por seus direitos. Segundo Schneider (2009) “as mulheres não parecem estar alheias as desigualdades, percebem-se manifestações, ao longo da história, com o feminismo, os sindicatos, os movimentos sociais e formas alternativas de geração de trabalho e renda”.

Acredito que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho devem ser discutidas no curso de Pedagogia, formando suas estudantes para enfrentar a opressão das mulheres e que os movimentos sociais não deixem essa luta por igualdade de gênero cessar. Portanto, é extremamente importante discutir temas como esses no âmbito da universidade, seja nas disciplinas, palestras, oficinas etc.

**Na questão 13**, as estudantes foram perguntadas sobre o que compreendem por empoderamento e empoderamento de mulheres. Para elas:

*Aluna 1: Empoderamento é ser e estar em debates por igualdade.*

*Aluna 2: O posicionamento, ser livre para escolher suas decisões.*

*Aluna 3: É a autonomia feminina buscada em nossas conquistas.*

*Aluna 4: Acima de tudo, respeito e igualdade.*

*Aluna 5: A atuação das mulheres no âmbito geral e essencial.*

*Aluna 6: É ter direitos e deveres cumpridos.*

*Aluna 7: Ganhar autonomia.*

*Aluna 8: Nos dias de hoje, empoderamento para mim é ter todos os direitos garantidos e usufruir deles, principalmente a liberdade pessoal diante de preconceitos.*

*Aluna 9: É a igualdade entre homens e mulheres.*

*Aluna 10: É a luta que buscamos pela igualdade.*

De acordo com as respostas, podemos perceber que, de modo geral, elas se assemelham. Essas estudantes entendem que o empoderamento de modo geral é a luta por igualdade de gênero. Ao reconhecerem o empoderamento de mulheres como

igualdade de direitos, essas estudantes indicam que, ao menos do ponto de vista conceitual, estão embasadas para lutarem por seus processos de empoderamento.

**Na questão 14**, ao serem questionadas se se sentiam mulheres empoderadas, as estudantes responderam:

*Aluna 1: Sim. Sou e faço as coisas conforme eu vejo.*

*Aluna 2: Em alguns casos sim, tem espaços que não posso.*

*Aluna 3: Sim. Luto pela conquista dos meus sonhos e meus objetivos.*

*Aluna 4: Sim. Estou na função que gosto de trabalhar, aos 50 anos fazendo um curso superior, cuidando da minha vida, sim, me sinto empoderada, entre outras coisas mais.*

*Aluna 5: Na maioria das vezes sim, mas ainda há muito o que melhorar.*

*Aluna 6: Sim, sou independente, tenho meus ideais e cumpro meus objetivos.*

*Aluna 7: Estou buscando isso, por isso estou estudando.*

*Aluna 8: De certa forma sim, mas ainda com muitos receios pela falta de proteção e machismo.*

*Aluna 9: Sim, pois reconheço minha liberdade e direitos.*

*Aluna 10: Sim, trabalho no que gosto.*

Neste quesito, vale destacar que todas responderam afirmativamente, todavia, nota-se um certo receio/dúvida/incerteza, em algumas respostas. Como já disse, considero o empoderamento como um processo individual e coletivo e penso que é necessário que hajam condições para que uma mulher se sinta empoderada e exerça esse empoderamento, o que nem sempre acontece. Para Djamila Ribeiro,

o termo empoderamento muitas vezes é mal interpretado. Por vezes é entendido como algo individual ou a tomada de poder para se perpetuarem as opressões. Como diz Hooks, o empoderamento diz respeito a mudanças sociais numa perspectiva antirracista, antielitista

e antissexista por meio das mudanças das instituições sociais e consciência individuais. Sendo necessário criar estratégias de empoderamento no cotidiano, em nossas experiências habituais no sentido de reivindicar nosso direito à humanidade. Logo, o empoderamento, sob essa perspectiva, significa o comprometimento com a luta pela equidade. Não é a causa de um indivíduo de forma isolada, mas como ele promove o fortalecimento de outras mulheres com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa para as mulheres. É perceber que uma conquista individual de uma mulher não pode estar descolada da análise política.

A partir dessa noção de empoderamento como estratégia coletiva, fico pensando em que medida o curso de Pedagogia poderia criar espaços coletivos de empoderamento para suas estudantes.

**Na questão 15**, as estudantes foram perguntadas sobre a importância do empoderamento das mulheres, “se achavam o empoderamento de mulheres importante e por quê”. Para essa questão, elas deram as seguintes respostas:

*Aluna 1: Sim. Por igualdade social.*

*Aluna 2: Sim, porque todos tem que ter voz.*

*Aluna 3: Sim, por se tratar de uma das formas de libertação feminina.*

*Aluna 4: Totalmente.*

*Aluna 5: Sim! pois as mulheres ainda são muitos submissas aos homens e precisam de mais voz.*

*Aluna 6: Sim.*

*Aluna 7: Sim, para ser livre.*

*Aluna 8: Sim, para se chegar no ponto da igualdade de gênero em todos os setores da sociedade.*

*Aluna 9: Sim, pois é o primeiro passo para a igualdade entre gêneros.*

*Aluna 10: Sim, pela igualdade.*

Analiso essa questão da seguinte forma: as alunas acham o empoderamento de mulheres importante, não só por uma causa individual, mas por toda uma sociedade que

luta dia após dia por igualdade de gênero. Contudo, destaco que as respostas da maioria delas foi bastante curta, o que dificulta análises mais aprofundadas para essa questão.

**Na questão 17**, as estudantes foram questionadas se já se imaginaram exercendo algum cargo de liderança e poder e se teriam interesse em ocupar cargos como esses. Em relação a essa questão, obtive as seguintes respostas:

Aluna 1: *Sim.*

Aluna 2: *Sim, gostaria de ser dona de um consultório.*

Aluna 3: *Não.*

Aluna 4: *Já ocupei, pelo estresse mudei de foco.*

Aluna 5: *Sim, eu acredito que farei a diferença.*

Aluna 6: *Sim, tenho.*

Aluna 7: *Sim, dando aulas.*

Aluna 8: *Já me imaginei, pois cresci em uma família que no meu ponto de vista, não reproduz o machismo.*

Aluna 9: *Gostaria de trabalhar em um cargo internacional do governo.*

Aluna 10: *Sim, já fui coordenadora de um programa do governo na escola em que eu trabalho e fui uma líder.*

Essa questão foi interessante porque, em minha análise, parece haver um certo receio de algumas dessas mulheres para responderem afirmativamente. Por outro lado, algumas demonstram interesse em ocupar posições de liderança e outras que já ocuparam. Sabemos que o mercado de trabalho valoriza mais os homens em cargos de poder, talvez por isso, o número de mulheres em cargos de liderança seja bem menor quando comparadas com os homens, sem contar quando mulheres exercem os mesmos cargos de poder dos homens, porém com salários inferiores como já citado anteriormente. Uma fala que merece destaque é a da aluna 7 que visualiza a sala de aula como espaço de exercício de poder e liderança.

A matéria “Mulheres desistem da liderança por pressões interna e externa”, publicada no Caderno Boa Chance de O Globo, em 9 de julho de 2017<sup>7</sup>, mostra que, em termos de ocupação igualitária de mulheres e homens em cargos de poder, ainda há um longo caminho pela frente. Vejamos os dados compilados e mencionados nesta matéria:

apenas 10% dos cargos em comitês executivos de empresas no Brasil são ocupados por mulheres; em posições de direção e gerência, a participação sobe para 37% (dados do IBGE); A mulher recebe 76% do salário dos homens em posição equivalente (pesquisa Talenses). A mulher precisa se sentir 100% preparada para se candidatar a um cargo. Já os homens, quando estão 70% prontos, já se colocam à disposição para a vaga (pesquisa Springboard), 65% das mulheres já evitaram posições de liderança por achar que seriam incapazes de conciliar as tarefas de casa e trabalho. Além disso, 58% dispensaram uma promoção por achar que seria muito “estressante”. Os homens falam durante 75% do tempo em discussões do trabalho, já as mulheres falam menos ou têm menos oportunidades para falar (segundo dados da pesquisa “Desigualdade de Gênero em Participações Deliberativas” da Universidade Brigham Young, nos Estados Unidos, realizada em 2012, fornecidos em matéria da BBC). As mulheres são duas vezes mais interrompidas em suas falas do que homens em conversas neutras (segundo dados da pesquisa da Universidade de George Washington, realizada em 2014, fornecidos em matéria da BBC). As mulheres executivas sofrem da “síndrome da impostora”, que é quando ela conquista um cargo de liderança e se pergunta “será que estou no lugar certo?” ou “que sorte a minha!”.

Ou seja, é preciso ainda um longo caminho em termos de políticas de igualdade de gênero para que mulheres e homens possam viver em condições similares o direito a igualdade previsto em nossa Constituição.

**Na questão 18**, as alunas foram perguntadas acerca do que pretendem fazer após a finalização do Curso de Pedagogia. Suas respostas são listadas a seguir:

Aluna 1: *Desenvolver todo o conhecimento adquirido e buscar melhorias.*

Aluna 2: *Ser professora de crianças especiais.*

Aluna 3: *Conquistar meu espaço e compartilhar conhecimentos.*

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/emprego/mulheres-desistem-da-lideranca-por-pressoes-interna-externa-21568911>. Acesso: 21/10/2018.



Aluna 4: *Gostaria de seguir na área acadêmica.*

Aluna 5: *Eu pretendo passar num concurso público e atuar como professora universitária.*

Aluna 6: *Concursos, e trabalhar com educação especial.*

Aluna 7: *Quero fazer mestrado e talvez doutorado.*

Aluna 8: *Poder trabalhar na educação social e tentar ajudar grupos sociais que são excluídos ou fora do padrão.*

Aluna 9: *Fazer mestrado e doutorado.*

Aluna 10: *Passar em um concurso.*

Neste quesito, é possível perceber que todas desejam melhorias em suas carreiras e almejam estabilidade financeira, segurança no trabalho, com interesse de passar em concursos públicos. Duas das informantes sinalizaram permanecer na carreira acadêmica, duas apontam desejo de trabalhar na área de educação especial. Algumas apresentam respostas bastante genéricas, o que é compreensível já que estão no início do curso e ainda não estão totalmente apropriadas das possibilidades profissionais que a Pedagogia pode oferecer.

**Na questão 20**, por fim, as alunas foram questionadas acerca de quais seriam as principais barreiras para a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Aluna 1: *A discriminação cultural.*

Aluna 2: *A discriminação.*

Aluna 3: *A competição com os homens, a luta pela igualdade de direitos, e um histórico machista de submissões e de dependência.*

Aluna 4: *Não só as mulheres, mas a entrada no mercado de trabalho está cada vez mais difícil por não haver capacitação profissional.*

Aluna 5: *O fato de as mulheres engravidarem e entrarem de licença maternidade, entre outros diversos fatores da sociedade preconceituosa.*

*Aluna 6: Por ainda existirem privilégios para os homens.*

*Aluna 7: A maternidade.*

*Aluna 8: Pensamento arcaico, de que a mulher deve cuidar da casa e dos filhos.*

*Aluna 9: A família, o conservadorismo, além de outras questões.*

*Aluna 10: Filhos e gravidez.*

Diante dessas respostas, é possível perceber que as mulheres pesquisadas reconhecem a maternidade, a família e a gravidez como obstáculos, além dos preconceitos sociais e dos privilégios ofertados aos homens em detrimento das mulheres. Essas respostas apontam para a necessidade de que, no Curso de Pedagogia, elas possam aprender sobre as questões de gênero de modo que estejam mais preparadas para lidar com os desafios que, certamente, irão existir no exercício de suas carreiras, estejam onde estiverem.

Os dados aqui apresentados sinalizam que as estudantes entrevistadas reconhecem algumas das desigualdades de gênero, destacando seus efeitos nas carreiras e ocupações profissionais. Diante disso, compreendo a importância desses temas ocuparem de modo mais sistemático o currículo do Curso de Pedagogia.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este TCC, apresentei o que algumas das alunas ingressantes do Curso de Pedagogia da UFPB, campus I, compreendem por questões de gênero e empoderamento feminino. Considero de extrema importância que discussões de temas como esses sejam feitas em instituições de ensino de modo geral, para que se ampliem os conhecimentos em igualdade de gênero, principalmente em cursos voltados para a formação de professores e professoras, como o curso de Pedagogia.

É nesse sentido que considero a importância de se trabalhar em projetos voltados para essa temática para que se promova discussões de gênero em espaços educativos de modo geral. Além disso, acredito que seja fundamental que as questões de gênero sejam abordadas com mais força dentro do currículo formal de nosso curso, visando ensinar as

mulheres (e também aos homens) sobre a importância da igualdade de gênero em todas as esferas da vida social.

Analisei, também, de acordo com as respostas das alunas, o posicionamento delas em relação ao empoderamento feminino. É interessante que muitas se sentem empoderadas em determinadas situações, mas em outras não, por se sentirem inferiorizadas com o preconceito e o machismo que persiste grandemente em nossa sociedade. Constatei, com relação a minha formação no curso de Pedagogia, as lacunas referentes à temática, uma vez que não tive uma intervenção pedagógica que abordasse a questão do empoderamento feminino.

Destaco, ainda, que o curso de Pedagogia tem uma matriz curricular muito ampla e, dessa forma, poderia abordar as questões de gênero de modo transversal em várias delas, não se limitando a uma disciplina ou professora/a. Por fim, indico que, entre as muitas aprendizagens que tive na leitura deste TCC, que ainda temos um longo caminho a percorrer na direção da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres. Assim, este tema será foco de minha atuação profissional, esteja onde estiver, atuando como Pedagoga.

## REFERÊNCIAS

AURÉLIO. Mini Dicionário da Língua Portuguesa. 4º edição, Revista e Ampliada 7º impressão. Rio de Janeiro: Editora nova fronteira, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, **1988**. 292 p.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20/12/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, ano CXXXIV, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BECKER, Daniel, et al. Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. *Ciência e saúde coletiva*, v. 9, n.3, p.655-667, 2004.

BELL, J. Como Realizar um Projecto de Investigação. Um Guia para Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação (1997).

CRUZ, Giseli Barreto da. Da história do Curso de Pedagogia e a formação do pedagogo no Brasil. *O Curso de Pedagogia no Brasil na visão de Pedagogos Primordiais*. 2008.

DEMO, Pedro. Introdução à Sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas 2002.

DJAMILA Ribeiro. O que é lugar de fala? *Feminismos Plurais* (2017).

FRAUCHES, Celso da C. Curso de Pedagogia: o que fazer? SEMESP. São Paulo, set. 2006.

Ferreira, A. B. H. Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (1999).

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra (2005).

Freire, Paulo e Ira Shor. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra (2005).

FRIDEMANN, John. Empowerment Uma política de desenvolvimento Alternativo. Oeiras: Celta, 1996.

FISCHER, I. R., MARQUES, F. *Gênero e exclusão social*. In: FUNDAJ. Trabalhos para discussão. n. 113, ago. 2001.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu* (8/9), Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 1997.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero. O problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, Gabriela; GROPPi, Ângela (Org.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995. p.235-262.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, N. P. et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta paulista de enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 504-508, dez. 2007.

- LAGARDE, Marcela. Género y Feminismo: desarrollo humano y democracia. Madri: HORAS & HORAS, 1996.
- LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. São Paulo; Atlas ,1991.
- LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária, economia barroca: a emergência da socioEconomia Solidária na América Ibérica. 2003. Tese (Doutorado)- Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.
- LOURO, Guacira. Lopes. Género, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MATOS, MARLISE. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Rev. Estud. Fem., Ago 2008, vol.16, no.2, p.333-357.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de Caso. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil (1979-1988).
- OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues; CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.
- PINTO, Céli Regina Jardim. “Feminismo, História e Poder”. Rev. Social. Polít, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2004.
- ROSO, A. et al. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero, p. 78, (2002).
- RODRIGUES, A., ASSMAR, E., & JABLONSKI, B. (1999). Psicologia social (18a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- SCHNEIDER, Élen Cristiane. As desigualdades de gênero no mercado de trabalho e a economia solidária. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: [http://base.socioeco.org/docs/\\_000-062\\_1489.pdf](http://base.socioeco.org/docs/_000-062_1489.pdf). Acesso em: 18/10/2018.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Elizabete Rodrigues. Feminismo radical pensamento e movimento. Revista Travessias Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008. Acesso em: 16/10/2018.

SILVA, C. S. B. Curso de Pedagogia no Brasil: historia e identidade. 3° ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCOTT, Joan Gênero: Uma categoria útil de Análise Histórica. Educação e Realidade, v. 1, n. 2, p. 5-22, 1990

VIRGÍNIO, Adriana de Lima. Educação em Sexualidade e Educação em Diversidade no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba: o que pensam os/as docentes? João Pessoa: UFPB, 2018.

## **APÊNDICE**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre **O EMPODERAMENTO FEMININO NA PERSPECTIVA DAS ALUNAS INGRESSANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB** e está sendo desenvolvida por CARLA FLORENCIO DA SILVA, estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, sob matrícula **11317160**, e tem orientação da Profa. Dra. Jeane Félix da Silva.

A pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e tem por objetivos analisar o empoderamento feminino na perspectiva das alunas ingressantes do curso de pedagogia da ufpb buscando compreender o que pensam sobre o empoderamento feminino.

Solicitamos a sua colaboração para que participe da coleta de dados da referida pesquisa, respondendo a um questionário semiestruturado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e afins e publicar em revistas científicas e outros meios de divulgação acadêmica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

---

Carla Florêncio da Silva

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa – PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

---

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

## ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

1. Idade:
2. Raça/cor:
3. Local de moradia:
4. Estado civil:
5. Orientação sexual:
6. Religião:
7. Têm filhos/as? Se sim, quantos/as?
8. Você trabalha? Se sim, em que tipo de instituição (por exemplo: escola, comércio, organização não governamental, outro):
9. Por que você escolheu o Curso de Pedagogia?
10. Além da Pedagogia, você faz ou já fez outro curso de nível superior? Gostaria de fazer?
11. Você participa de algum grupo, movimento, rede (movimento social, igreja, associação de bairro etc.)?
12. Você acredita que o Brasil alcançará a igualdade de gêneros no mercado de trabalho?  
Comente:
13. Para você, o que é o empoderamento? E o empoderamento de mulheres?
14. Você se sente uma mulher empoderada? Conte-me sobre isso.
15. Você acha importante o empoderamento das mulheres? Por quê?
16. Você acha que as mulheres, em geral, são empoderadas? Dê alguns exemplos.
17. Você já se imaginou ocupando algum cargo de poder? Tem interesse? Conte sobre isso.
18. Quais metas você almeja após a formação no curso de pedagogia com relação ao mercado de trabalho?
19. Para as mulheres ainda é mais difícil subir na carreira do que para os homens? Comente:
20. E quais as principais barreiras para a entrada das mulheres no mercado de trabalho?